

## **A DEMANDA DE UMA CONSCIÊNCIA CRÍTICA E POLÍTICA: O PAPEL DA EDUCAÇÃO MEDIANTE A FRAGMENTAÇÃO DO SABER E A FORMAÇÃO DO TRABALHO NA ATUALIDADE BRASILEIRA\***

Francinalda Maria da Silva; Luiz Arthur Pereira Saraiva

*Universidade Estadual da Paraíba (DG/CH/UEPB). E-mail: francinaldageografia@gmail.com; Universidade Estadual da Paraíba (DG/CH/UEPB.) E-mail: saraivaluizarthur@yahoo.com.br*

**Resumo:** O presente trabalho aborda como o conhecimento no âmbito escolar está sendo gerido contemporaneamente diante das novas demandas neoliberais para a educação, enfatizando o reflexo da fragmentação do saber e da consolidação de medidas voltadas para o ensino técnico mediante a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017), na qual se predominam práticas que reestruturam a permanência da hierarquia político-social do país; e, no âmbito do trabalho, com a Consolidação das Leis do Trabalho (Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017) que enfoca como a educação e o trabalho são predominantes ao sistema capitalista. A educação, tratada como mercadoria, vem delimitar as novas demandas deste sistema, perpetuando um conhecimento que se volta para o âmbito do trabalho, da “produção de massas”, e não mais do ser social como proposta de consolidação de uma efetiva educação. Novas leis estão sendo geridas para o futuro da população. Entretanto, sem a participação da sociedade, tais ações de gestão negligenciam essa possibilidade de compreensão da totalidade social, evocando a necessidade de alternativas na prática histórica. O saber, que já não é igual a todos, desemboca em uma perspectiva facultativa, válida à armadilha a um presente-futuro que cobiça a justiça e equidade. Desse modo, a pesquisa propõe um debate sobre como se estrutura a educação em meio a essas novas reformas e propõe reflexões, visando caminhos que possibilitem a transformação, a ideia de mudança. Diante destes preceitos invasivos e avassaladores da ordem social vigente, metodologias efetivas, professores ativos e uma educação problematizada podem ser a chave para romper com a lógica do fatalismo, de um sistema que não pode ser reformulado. Assim, o trabalho aguça o conhecimento que, mediante educação para a consciência reflexiva, crítica e política, além da valorização do ser no mundo, possa compor os ingredientes ativos a uma esperança de justiça social efetiva.

**Palavras-chave:** reformas, fragmentação do saber, consciência crítica e política, educação neoliberal.

---

\* Trabalho desenvolvido com apoio das discussões e atividades realizadas pelo projeto “Ensino de Geografia e Filosofia: questões ontológicas, epistemológicas e ético-políticas na perspectiva socioespacial das escolas públicas no Agreste paraibano”, mediante o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III.

## **Introdução**

Em pleno século XXI, vivemos em uma sociedade influente, por diversos agentes políticos, sociais e econômicos. Somos atingidos diariamente por decisões que não participamos, mas que nos afetam diretamente, em que parte da população sofre as piores consequências da exclusão: na lógica do capital, os grupos menos favorecidos serão os menos “educados”. Os líderes políticos, em suas atitudes, são apenas meros coautores dos interesses capitalistas. São esses e outros diversos fatores que permitem refletir sobre como se encontra o país e em que rumo está caminhando, ou para onde está sendo direcionado.

Diante das duas reformas mais efetivas e impactantes – a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017) e a Consolidação das Leis do Trabalho (Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017), o seguinte trabalho discute sobre as concepções e finalidades em que tais demandas podem estimular ainda mais a manutenção do sistema capitalista. Aborda-se também a questão de representatividade e a reflexão sobre a importância de uma consciência crítica e política, mediante uma ação educadora efetiva. A importância e o papel desta consciência são necessários para a constituição humana da sociedade e, por isso, não podem ser negligenciadas: elas estão unidas ao conhecimento, à criticidade e à participação/cidadania? Porque, de que vale o conhecimento se este não se dissemina socialmente?

Dessa forma, a discussão e o debate são conceptíveis a projetos e planos de ações que possibilitem a não perpetuação de tal conjuntura e as formas de subordinações tidas como normalidade, estas toleradas cotidianamente. A pesquisa motiva o entendimento dos condicionantes que configuram a realidade concreta e medita a respeito da dificuldade de ir além com a ruptura da lógica determinante que oprime, marginaliza e perpetua. Assim, o papel da educação escolar na construção do conhecimento e como mediadora de uma noção política efetiva e significativa permite o começo de uma ação alternativa de mudança concreta.

## **Metodologia**

A pesquisa desenvolve-se na abordagem crítico-dialética, na qual propõe abordar determinadas condutas voltadas ao âmbito social, mediante a reflexão que tais mudanças podem repercutir de forma desigual quanto à população. Nesta abordagem, se trabalha a relação entre o sujeito e o objeto, no enfoque de uma noção mais crítica da realidade concreta,

na qual a busca da verdade é constante, mediante as contradições das ideias, como elemento construtor ao fruto da razão e a construção do conhecimento, pois “o ser humano não possui ideias inatas, mas uma faculdade inata de classificar todas as impressões dos nossos sentidos em diferentes grupos e categorias” (SPOSITO, 2004, p. 40). Logo, o conhecimento permite o entendimento da vida em sua totalidade, conhecimento mediante dialética que promove a desalienação real, que compreende o entendimento dos processos que são administrados por determinados indivíduos, que se beneficiam e submetem os outros a uma estrutura sociopolítica e econômica dentro de seus âmbitos de empreendimento.

### **As reformas atuais e suas influências**

A velha ideia e tão proferida frase instrumentalizada de que “política, religião e futebol não se discutem” vem articulada às formas de opressão que deixam camufladas que tais discussões não são importantes (ou melhor, adequados) para se debater, questionar. O preceito imposto é a concepção de que não é válido gastar tempo argumentando e deixa-se esta indagação para “quem entende”. E como fica para quem não a compreende? Quem não participa? A opressão e a ignorância são iminentes. O medo subjugado diante das novas demandas de avaliação do capital e apoiadas pelo governo é condicionante a um sistema que banaliza o futuro da população, aliado com a mais importante forma estratégica do discurso neoliberal, que faz de um instrumento necessário à construção social – a educação – uma arma eficaz às propostas de dominação e desigualdade.

Diante das inúmeras leis adotadas no país, as duas últimas reformas – Ensino Médio e Consolidação das Leis do Trabalho – trouxeram à tona a concepção de que a representatividade política, de fato, não exerce sua função a favor da sociedade que a foi destinada – inviabilizando sua participação. Aprovada em meio às críticas, protestos e diante de uma crise político-econômica nacional, a Reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017), na qual será o ponto chave de abordagem desta pesquisa, apresenta propostas viáveis a uma melhor qualidade e integridade da educação, habilitando um predomínio específico, com um conteúdo em que áreas são geridas conforme a opção do educando, como se observa em um de seus artigos:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:  
I - linguagens e suas tecnologias;

- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional.

A formação torna-se, desse modo, optativa e decisiva, primeiro, por selecionar áreas em que o discente se identifica, segundo, por impor uma decisão precoce sobre o rumo a ser trilhado da própria vida, em conjunto com a “oportunidade” da formação técnica e profissional, na qual, com a conclusão do ensino básico, a pessoa está apta a pleitear uma oportunidade de emprego no concorrido mercado. Oportunidade a uma educação efetiva ou a “produção em massa” de trabalhadores? O conhecimento e o pensamento complexo se fazem imprescindíveis na educação básica, pois “a fragmentação do pensamento e do saber é o modo mais eficiente de controle social, quer dizer, da submissão de pessoas a um modelo excludente de sociedade” (MOSÉ, 2013, p. 52). Assim, esta flexibilização curricular, na realidade, “reforça a desigualdade de oportunidades educacionais, pois priva de terem acesso a conceitos e conteúdos fundamentais à sua formação integral, a uma compreensão crítica do mundo” (PIRES, 2017, p. 238), na qual este processo traz consigo soluções que podem ser, na verdade, “ciladas” para a construção de uma sociedade mais subjugada, onde o emprego tornou-se um “fim em si mesmo” para a autonomia do indivíduo – no pensamento do modelo capitalista, sua soberania financeira. Sem dúvidas, a oportunidade de exercício do emprego é necessária, mas deve ser justamente ofertada na condição de esclarecimento e valorização, de escolhas essenciais dentro de um entendimento amplo do conhecimento e não apenas de um saber específico.

Sobre o termo de educação, Mészáros aborda que “trata-se de uma questão de internalização pelos indivíduos, [...] da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas adequadas e as formas de conduta certa” (MÉSZAROS 2008, p. 44). Logo, nesta perspectiva, os objetivos da classe trabalhadora são limitados, pré-determinados, para que se comportem com “o objetivo obviamente [de] manter o proletariado no seu lugar” (MÉSZAROS, 2008, p. 49). O que se concretiza nas mudanças da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 (BRASIL, 2017), que legitimam a adesão de propostas que ofertam um “progresso”, permitindo inovações no sistema, mas que também deixa em descrédito o próprio trabalhador, a exemplo do trabalho intermitente e exclusão de direitos essenciais, como

Art. 58. § 2º O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por

qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

Art. 59. A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

Um direito a menos é uma grade a mais na luta pela emancipação social. Estas reformas, apesar do caráter “progressivo” atribuído pelo governo vigente, impõem certa conservação das práticas alienantes, questionando a negligência e particularidades de determinadas políticas públicas no capitalismo neoliberal, em que “respondem simultaneamente às necessidades de valorização do capital e de mediação política dos interesses antagônicos que perpassam a sociedade urbano-industrial” (NEVES, 2005, p. 14). O Estado passa, diante do contexto, da garantia do bem comum à população, para uma efetiva doutrina do postulado neoliberal, na qual se torna um instrumento político suscitado por concepções da classe dominante, sustentando o conjunto de suas relações, “mediante dispositivos jurídico-administrativos, bem como por meio de processos propriamente ideológicos” (SEVERINO, 1994, p. 167).

Desse modo, há reformas ou deformas na sociedade contemporânea? O importante neste contexto não é definir o que é “certo” ou o que é “errado”, mas explicitar os porquês destas abordagens na sociedade e com a sociedade – este é o foco, pois “o capitalismo convive com a noção de reforma constantemente e é através dos processos reformadores que se vai adequando às novas exigências históricas” (OLIVEIRA, 2003, p. 20). Dessa maneira, permitir a disseminação do conhecimento útil, do pensamento autêntico e a concepção da realidade negada é uma ação conjunta a uma efetiva práxis na superação da modelagem petrificada das ações governamentais aliadas ao capital, que marginalizam a educação real e intimida o homem, preconizada no círculo concêntrico de uma formação sem significado que conserva a classe dominante em sua ampla superioridade. Porém, o início da mudança diante deste contraste social terá validade “somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua convivência com o regime opressor” (FREIRE, 2005, p. 58-59). Assim, se propõe a esperança efetiva na possibilidade de igualdade, em que os interesses individualistas e opressores devem ser deixados de lado e a coletividade ser o ponto forte na tomada de decisões, promovendo um modo de vida comum e justo. Isto só se torna efetivo a partir de práticas emancipadoras, mediante uma educação crítica-reflexiva e ampla.

**A educação e o contexto neoliberal vigente – entre o público e o privado**

Por um país justo e igual clamamos por mais educação. Mas que educação é esta? Para o que? Para quem? Historicamente, a educação passa pelo processo de adaptação ao sistema/contexto que a engloba, apesar de reformas dirigidas à expansão da educação em prol do desenvolvimento da cidadania, as propostas em prol ao atendimento das necessidades capitalistas são mais “interessantes” e, por isso, mais consentidas, pois, a educação serviria à ordem vigente capitalista, “formando a força de trabalho necessária aos diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo. Contudo ela não tem uma aplicação direta e exterior aos interesses dos trabalhadores” (OLIVEIRA, 2003, p. 19).

Logo, esta “educação” desabilita o próprio homem, tornando-o puro objeto, uma concepção, segundo Freire, bancária, pois, “insiste em manter ocultas certas razões que explicam a maneira como estão sendo os homens no mundo e, para isto, mistifica a [sua] realidade” (FREIRE, 2005, p. 83). Evidentemente, a educação deve ser entendida em sua amplitude pois, apesar de universal, não está dirigida a todos, nem na mesma abordagem: é diferente para um burguês e para um proletariado, já que ambos não habitam o mesmo espaço de ensino dirigente a um futuro pré-construído, que para o primeiro pode ser opcional, mas para o segundo é condição de “oportunidade”, mérito.

Nos últimos anos, a relação contraditória entre o público e o privado vem crescendo com a adesão de propostas neoliberais, que incrementam mais o discurso indecoroso que persiste na ideia de que a educação pública não supre as necessidades viáveis a uma boa qualidade de ensino e inovação de propostas disciplinares. Isto segundo Gentilli; Silva, se daria porque

as escolas públicas não estão no estado em que estão simplesmente porque gerenciam mal seus recursos ou porque seus métodos ou currículos são inadequados. Elas não têm os recursos que deveriam ter porque a população a que servem está colocada numa posição subordinada em relação às relações dominantes de poder (GENTILLI; SILVA, 2010, p. 20).

O que fica evidente é que a educação real, que vivenciamos, é uma ação de modelagem do homem ao sistema, na qual “a educação passa a ser analisada com critérios próprios do mercado e a escola é comparada a uma empresa” (TOMASSY; WARDE; HADDAD, 2007, p. 140). A ausência de voz dos educadores e da própria pedagogia na elaboração de propostas para a melhoria da qualidade da educação são negligências caras à liberdade do homem e a sua condição de vida. Assim, o discurso neoliberal acaba por validar

pensamentos ao processo destas ações, promovendo concepções sociais que o âmbito privado conduz chances maiores na opção de trabalho, pois “as soluções neoliberais devem muito ao pensamento econômico e muito pouco à economia política” (GENTILLI; SILVA, 2010, p. 24). Mas a educação se volta ao trabalho ou ao homem como agente social? Esta condição é hierárquica, pois é preciso validar primeiro o ser, enquanto sujeito para proporcionar consequentemente o conhecimento que lhe dará o esclarecimento e a necessária condição ao trabalho. O primeiro predomina o segundo, mas, de acordo com o inciso I, do parágrafo 6 do artigo 36 da Reforma do Ensino Médio, tal concepção é adjunta:

§ 6º A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará:

I - a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional.

A argumentação das experiências de trabalho dentro do ensino pode culminar a uma aceitação rápida e passiva de gerenciamento dos setores que lhe são ofertados. Não que isto seja inconveniente, mas é condicionante a uma concepção que tolera a adesão dos educandos do setor público a um trabalho voltado ao técnico, que não lhe exige grandes esforços e habilidades cognitivas, intelectuais, pois tal domínio do saber científico não lhe é solicitado, pois este poder é “a mais importante força produtiva do modo de produção capitalista na atualidade, [na qual] constitui instrumento fundamental de emancipação do trabalho da dominação do capital” (NEVES, 2005, p. 22). Logo, determinadas lógicas comprometem as finalidades objetivas do ensino, dependendo dos agentes sociais envolvidos.

Desse modo, a filtragem social estimula e propaga a continuação da classe dominante, por participar de diversos graus de ensino no âmbito privado, menosprezando o saber das suas vítimas, que estão presentes no ensino público, em prol da sua própria segurança na hierarquia sociopolítico e econômica. E assim se faz precisa uma ação dialógica dos homens com o mundo: permitir que se tornem livres da condição que lhe é imposta, e isto se dá através de uma educação de qualidade, em que “educadores e educandos se fazem sujeitos do seu processo, superando o intelectualismo alienante” (FREIRE, 2005, p. 86) permitindo, desse modo, uma consciência real do mundo e uma reflexão verdadeiramente prática que, na verdade, é refeita constantemente. Apesar de haver uma desvalorização conceitual não apenas no ensino, mas também nos próprios educadores, especialmente nesta nova reforma do ensino, na qual o inciso do artigo 61 abre um destaque aos

IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art.

Dessa forma, os educadores são também alarmados pelo contexto ideológico, sofrendo também com as mudanças, em que o impõe a adentrar na práxis do silêncio da conjuntura sistemática do processo de um ensino vago em dialética e diálogo, uma vez que o seu próprio emprego está ameaçado, de tal modo que

a desqualificação sofrida pelos professores nos processos de reforma que tendem a retirar deles a autonomia, entendida como condição de participar da concepção e organização de seu trabalho, aliada à desvalorização desses docentes - pela negação e desprezo pelo seu saber profissional -, contribui para o fortalecimento da sensação de mal-estar desses professores, oriunda da suposição de que a escola prescindia de profissionais (OLIVEIRA, 2003, p. 33).

O desafio está imposto e as barreiras são inúmeras. A educação hoje, principalmente a educação pública, está entrando em estado de declínio a favor da lógica dominante. Tanto o ensino-aprendizagem quanto a formação de professores devem, diante desta nova demanda, ser moldados para que a desesperança não seja consolidada. Exige-se rápida ação, participação da sociedade no ensino, no questionamento e nas políticas públicas, pois basta à sociedade difundir os porquês e buscar as almejadas respostas para que o sistema não seja apenas dirigido a determinados grupos, mas ao todo. Reflexão e ação devem ser cultivadas.

### **Por uma educação expressiva e autorreflexiva: superação do conhecimento “simplório”**

As reformas são processos de prevalectimento de discursos ilusórios que permitiram remediar os efeitos da ordem reprodutiva capitalista. Neste sentido, Mészáros aponta que é preciso romper com a lógica do capital, do idealismo de que tal sistema é irreformável, incorrigível, devendo tal concepção ser superada e começar a introduzir o caminho de uma transformação, de medidas realmente eficazes, que adentram no universo real do sistema, permitindo o desenvolvimento do conhecimento no qual “o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente” (MÉSZAROS, 2008, p. 65).



Neste contexto, recordamos o dilema sobre a questão da neutralidade na educação – diante das novas preocupações da sociedade concreta, o que se ensina? A educação deve ficar alheia a estas questões? Para que possa haver mudanças, temos que levar em conta o que Paulo Freire já advertiu a respeito da prática educativa política e gnosiológica.

O discurso da acomodação ou de sua defesa, o discurso da exaltação do silêncio imposto de que resulta a imobilidade dos silenciados, o discurso negador da humanização de cuja responsabilidade não podemos nos eximir. A adaptação a situações negadoras da humanização só pode ser aceita como consequência da experiência dominadora, ou como exercício de resistência, como tática na luta política (FREIRE, 1996, p. 76).

Desse modo, as discussões da realidade em que se encontra o país são de extrema importância para uma efetiva compreensão da realidade determinada, diante de um universo que promove ordens desumanas, injustas e alienantes, na qual os objetivos adotados e as metas estabelecidas estão condicionados com a possibilidade do próprio sistema. Assim, a ruptura se faz necessária, urgente a partir de uma educação efetiva e radical, em que esta não se imponha como depósito de conteúdos “mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo” (FREIRE, 2005, p. 77), pois tais perspectivas de melhorias tornam-se cruciais diante das escolhas alicerçadas, norteadas pela decisão e responsabilidade dos portadores da transformação – os professores, conseqüentemente os alunos, a comunidade escolar e os que lutam pela equidade.

A consciência crítica e política devem ser estimuladas e praticadas, deve ser objetiva às pretensões da própria sociedade e não a interesses particulares. Há um problema ainda na concepção da participação e o não exercício desta demanda: estamos tão ocupados em jornadas de vida trabalhista e “mergulhados” nos discursos dos meios midiáticos, que não temos a consciência para o entendimento político em sua totalidade e radicalidade: isto nos torna “presas fáceis”, permitindo ainda mais a construção de barreiras para o desenvolvimento de uma ação coerente. Uma atitude inconsequente para o próprio futuro dos que carecem mais de recursos. A realidade que “o saber é igualmente uma forma de poder” (SEVERINO, 1994, p. 184) se faz efetiva na condição presente da dominação burguesa, mas, logicamente, também poderá ser efetiva na emancipação em prol de um projeto dos dominados.

O pensar se faz efetivo com ação, mediante a criticidade. É por isso que implantar uma educação que, por ventura, seja proibida, é deixar de lado uma cultura apolítica e irreflexiva, pois a “ideologia tem um poder de persuasão indiscutível. O discurso ideológico nos ameaça de anestesiá-la a mente, de confundir a curiosidade, de distorcer a percepção dos fatos, das

coisas, dos acontecimentos” (FREIRE, 1996, p. 132). A solução, dessa maneira, segundo Mészáros (2008, p. 45), é “*romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana*” (grifo do autor), na qual tais mudanças sejam essenciais e não formais.

### **Considerações finais**

Desta maneira, se faz urgente a consolidação de uma concepção crítica na educação e, conseqüentemente, política sobre o que a cerca. Em tempos-espços de retrocesso sociopolítico, muitas questões presentes na literatura da década de 1990, quando da consolidação do neoliberalismo no Brasil, vem sendo retomadas e/ou atualizadas ao novo contexto nacional, caracterizado, por um lado uma posição de potência emergente nesse início de século e, por outro, o “caos” em termos de governabilidade, que legitima golpes à democracia e à cidadania no Brasil. A educação é o caminho para a superação da dominação e subordinação, do pensamento surreal/absurdo do mundo que é negado, desde que educadores e agentes sociais permitam que esteja aliada à sociedade que a viabiliza, e não às formas de organização existentes que a consolida.

É necessária uma ação radical através de uma educação mais ampla e significativa, que permita verdadeiras transformações, dentro do âmbito escolar, para repercussão na sociedade. Mediante um entendimento da circunstância atual, da desvalorização da educação e de políticas públicas que menosprezam mais o saber, que já se apresenta desigual, e que valoriza o trabalho irregular, a pesquisa se propõe a discussões junto da urgência de uma educação que valorizem os professores que, por sua vez, devem promover um “saber proibido” e alternativo à conjuntura atual, que atinge o ser na concretização de suas próprias escolhas na sociedade e no trabalho, permitindo com que a sociedade “colha estes frutos”, no presente em que a subordinação, o fatalismo, a ignorância devem ser rompidos e combatidos.

Metodologias engajadas com o meio social ponderam na relação do entendimento das engrenagens e das políticas pedagógicas na atualidade, pois a escola está preparando pessoas ativas para desenvolver práticas tradicionais, inová-las, ou melhorar e revolucionar os métodos de ensino e o modo de avaliação? É fundamental que a escola prepare cidadãos, seres sociais que não permitam perpetuar tal conjuntura, habilitando o ser ao mundo “real”, pois,

não há sentido para a educação na sociedade burguesa senão resultado da crítica e da resistência à sociedade vigente responsável pela desumanização. A educação crítica é tendencialmente subversiva. É preciso romper com a educação enquanto mera

apropriação de instrumental técnico e receituário para a eficiência, insistindo no aprendizado aberto a elaboração da história e ao contato com o outro não-idêntico, o diferenciado (ADORNO, 1995, p. 27).

Inserir práticas críticas em uma abordagem que valoriza o educando, que compreenda a cultura vigente para propor caminhos é preponderante a uma nova abordagem de ensino, pois faz acreditar que os prepara para a vida, através da práxis, não apenas impondo conceitos, mas demonstrando determinadas dominações impostas pelo sistema, que maquia o saber, o indagar, a verdade. Nas teorias que embasam as reformas, segundo quem as propõe, as leis apresentam concepções fascinantes, mas, na prática, dentro de um mundo de luta de classes, tal concepção não é válida, existindo, ainda, um abismo profundo entre as propostas viáveis a equidade social e educacional. Dessa forma, se faz necessário colocar os educadores, os discentes, os oprimidos, como protagonistas e abarcar engrenagens mais amplas para expandir os processos de ensino e do trabalho social. Os desafios são muitos, as reformas estão a serem concretizadas, mas não impossíveis de ser superadas: é preciso agir, conscientizar. Professores devem aguçar esse diálogo com os alunos, com a sociedade para que juntos possam permitir com que tal consolidação seja efetiva a todos, mediante uma “emancipação pela demolição da estrutura vigente [...] e por intermédio de uma oferta formativa bastante diferenciada e múltipla em todos os níveis, [...] possibilitando, desse modo, o desenvolvimento da emancipação em cada indivíduo” (ADORNO, 1995, p. 170).

Assim a escola exerce um papel fundamental no preparo para a cidadania, que visa também inserir o homem no mercado de trabalho, mas sua abordagem é relevante no entendimento para compreender as mazelas e vielas das ideologias impostas e preponderante para a execução do bem-estar educacional crítico, mediante a resistência e manutenção de uma sociedade cada vez mais construtiva e perseverante diante de imposições destrutivas e desiguais.

## Referências

ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. **Educação e emancipação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 17 de fev. 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm)>. Acesso em 07 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). **Diário Oficial [da] união**, Brasília, 13 de jul. 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm) Acesso em 07 out. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 41. ed. Rio de Janeiro Paz e Terra, 2005.

GENTILLI, Pablo Antonio Amadeo; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOSÉ, Viviane. **A escola e os desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje**. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PIRES. Lucineide Mendes. Políticas educacionais e curriculares em curso no Brasil: a reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). In: ASCENÇÃO. Valéria de Oliveira Roque (Org.). **Conhecimentos da Geografia: percursos de formação docente e práticas na educação básica**. Belo Horizonte: IGC, 2017. p. 232-260.

TOMASSY, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 1994.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Unesp, 2004.